

André Garcia Xerez Silva

Tribunais de Contas e Inelegibilidade

limites da jurisdição eleitoral

3ª edição

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2023

Copyright © 2023 by André Garcia Xerez Silva

Categoria: Direito Eleitoral

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

S586t

Silva, André Garcia Xerez

Tribunais de contas e inelegibilidade : limites da jurisdição eleitoral
/ André Garcia Xerez Silva. – 3. ed. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2023.
232 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-519-2498-3

1. Direito eleitoral. 2. Tribunais de contas. 3. Inelegibilidade. 4. Juris-
dição eleitoral. I. Título.

CDD 342.8107

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Apreciação Litérocientífica Tribunais de Contas e Inelegibilidade: Limites da Jurisdição Eleitoral – 2 ed.....	XIII
Nota à Segunda Edição.....	XVII
Nota à Terceira Edição.....	XIX
Prefácio	XXI
1 Introdução.....	1
2 Tribunais de Contas.....	7
2.1 Fundamentos.....	7
2.1.1 Estado Social	8
2.1.2 Regime Republicano	15
2.1.3 Tribunais de contas na Constituição Federal de 1988	20
2.2 Natureza jurídica.....	26
2.2.1 Limitações epistemológicas aos conceitos científicos	26
2.2.2 Controle externo	33
2.2.3 Órgão auxiliar autônomo	38
2.3 Exercício da jurisdição.....	42
2.3.1 Classificação.....	44
2.3.2 Jurisdição fora do Poder Judiciário	46
2.3.3 Coisa julgada e limites objetivos.....	49
3 Desaprovação de Contas Públicas como Hipótese de Inelegibilidade.....	55
3.1 Direitos políticos fundamentais e inelegibilidades	55
3.2 O advento da LC nº. 135 e a constitucionalidade do art. 1º, I, “g” da LC nº. 64/90	60
3.3 Princípios da proteção, moralidade e probidade.....	64
3.4 A hipótese de inelegibilidade e suas principais alterações	69
3.4.1 Competência para julgar as contas	71
3.4.2 Julgamento pela desaprovação das contas	78

3.4.3 Irrecorribilidade da decisão.....	89
3.4.4 Irregularidades insanáveis	99
3.4.5 Inexistência de provimento judicial suspensivo	108
3.4.6 Dolo da conduta	114
3.4.7 Ato de improbidade administrativa	125
4 Controle da Decisão dos Tribunais de Contas pela Justiça Eleitoral.....	131
4.1 Controle judicial de outros poderes.....	133
4.2 “Mérito” da decisão dos tribunais de contas	138
4.3 Discricionariedade administrativa e judicial	145
4.4 Discricionariedade e conceitos jurídicos “indeterminados”	152
4.5 Pré-compreensão e Espinosa	162
4.6 Limites do controle.....	179
4.7 Repercussão democrática	185
5 Conclusão.....	191
Referências	195